

Demonstração dos Resultados por Naturezas (Mapa A)

Ano das contas: 2016

Instituição: 20017483383 - CASA SACERDOTAL DIOCESE PORTO

Número RS/Actividades agregadas: 1

Mapa A. Demonstração dos resultados por Naturezas

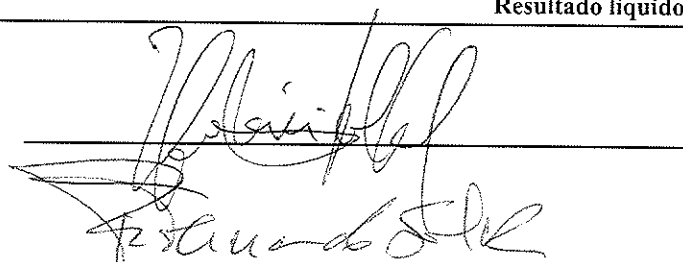
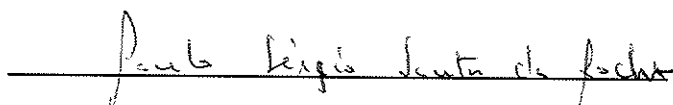
RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados	7	85.749,61	67.324,00
Subsídios, doações e legados à exploração		215.531,13	150.927,53
ISS, IP – Centros Distritais		0,00	0,00
Outros	8	215.531,13	150.927,53
Variação nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	6	-30.657,66	-20.777,85
Fornecimentos e serviços externos	18	-70.194,09	-60.146,11
Gastos com pessoal	9	-167.137,19	-153.693,47
Ajustamentos de inventário (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/Reduções de justo valor	19	1,16	0,92
Outros rendimentos e ganhos	7	848,02	31.358,96
Outros gastos e perdas	20	-827,07	-418,59
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		33.313,91	14.575,39
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-601,11	-876,82
Resultado Operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		32.712,80	13.698,57
Juros e rendimentos similares obtidos	7	142,52	229,25
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultado antes de impostos		32.855,32	13.927,82
Imposto sobre rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		32.855,32	13.927,82

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda: EUROS

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
Vendas e serviços prestados		85.749,61	0,00
Subsídios, doações e legados à exploração		215.531,13	0,00
Varição nos inventários da produção		0,00	0,00
Trabalhos para a própria entidade		0,00	0,00
Custos das mercadorias vendidas e das matérias consumidas		30.657,66	0,00
Fornecimentos e serviços externos		70.194,09	0,00
Gastos com o pessoal		167.137,19	0,00
Ajustamentos de inventários (perdas/reversões)		0,00	0,00
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)		0,00	0,00
Provisões (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Provisões específicas (aumentos/reduções)		0,00	0,00
Outras imparidades (perdas/reversões)		0,00	0,00
Aumentos/reduções de justo valor		-1,16	0,00
Outros rendimentos		848,02	0,00
Outros gastos		827,07	0,00
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		33.313,91	0,00
Gastos/reversões de depreciação e de amortização		601,11	0,00
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		32.712,80	0,00
Juros e rendimentos similares obtidos		142,52	0,00
Juros e gastos similares suportados		0,00	0,00
Resultados antes de impostos		32.855,32	0,00
Imposto sobre o rendimento do período		0,00	0,00
Resultado líquido do período		32.855,32	0,00

Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2016

Instituição: 20017483383 - CASA SACERDOTAL DIOCESE PORTO

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERÍODOS	
		2016	2015
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5	1.148,27	1.263,83
Bens do património histórico e cultural		0,00	0,00
Propriedades de investimento		0,00	0,00
Activos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros	11	851,07	456,57
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		1.999,34	1.720,40
Activo corrente			
Inventários	6	1.094,55	1.695,22
Clientes		0,00	0,00
Adiantamentos a fornecedores		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	57,32
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outras contas a receber		0,00	0,00
Diferimentos	12	58,90	55,84
Outros activos financeiros		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários	13	95.202,33	62.863,30
Outros		0,00	0,00
		96.355,78	64.671,68
Total do Activo		98.355,12	66.392,08
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos Patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados	14	25.057,25	11.129,43
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		25.057,25	11.129,43
Resultado líquido do período		32.855,32	13.927,82
Total do fundo de capital		57.912,57	25.057,25
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras contas a pagar		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
		0,00	0,00



DEPARTAMENTO DE GESTÃO FINANCEIRA
UNIDADE DE PRESTAÇÕES E IPSS
NÚCLEO DE ORÇAMENTO E CONTAS DE IPSS

Mapa de Balanço (Mapa B)

Ano das contas: 2016

Instituição: 20017483383 - CASA SACERDOTAL DIOCESE PORTO

Mapa B. Mapa de Balanço

RUBRICAS	NOTAS	PERIODOS	
		2016	2015
Passivo corrente			
Fornecedores	15	8.743,40	8.575,88
Adiantamentos de Clientes		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos	16	3.883,96	6.865,07
Accionistas / Sócios		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos	12	1.647,60	415,00
Outras contas a pagar	17	26.167,59	25.478,88
Outros passivos financeiros		0,00	0,00
Outros		0,00	0,00
Total do Passivo		40.442,55	41.334,83
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		98.355,12	66.392,08

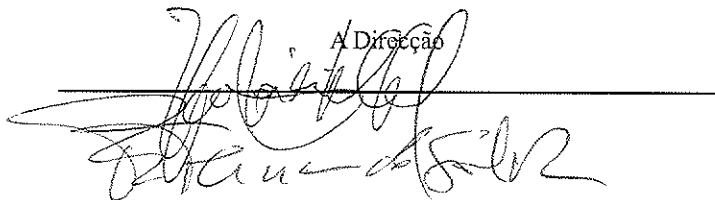
Casa Sacerdotal da Diocese do Porto
BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

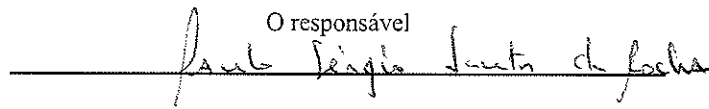
Contribuinte: 507600274
Moeda: (Valores em Euros)

RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		31 DEZ 2016	31 DEZ 2015
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis		1 148,27	0,00
Bens do património histórico e artístico e cultural		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		851,07	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Outros Créditos e ativos não correntes		0,00	0,00
		1 999,34	0,00
Ativo corrente			
Inventários		1 094,55	0,00
Créditos a receber		0,00	0,00
Estado e outros entes públicos		0,00	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Diferimentos		58,90	0,00
Outros ativos correntes		0,00	0,00
Caixa e depósitos bancários		95 202,33	0,00
		96 355,78	0,00
Total do ativo		98 355,12	0,00
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
Fundos patrimoniais			
Fundos		0,00	0,00
Excedentes técnicos		0,00	0,00
Reservas		0,00	0,00
Resultados transitados		25 057,25	0,00
Excedentes de revalorização		0,00	0,00
Ajustamentos / Outras variações nos fundos patrimoniais		0,00	0,00
		25 057,25	0,00
Resultado líquido do período		32 855,32	0,00
Total dos fundos patrimoniais		57 912,57	0,00
Passivo			
Passivo não corrente			
Provisões		0,00	0,00
Provisões específicas		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Outras dívidas a pagar		0,00	0,00
		0,00	0,00
Passivo corrente			
Fornecedores		8 743,40	0,00
Estado e outros entes públicos		3 883,96	0,00
Fundadores/beneméritos/patrocinadores/doadores/associados/membros		0,00	0,00
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Diferimentos		1 647,60	0,00
Outros passivos correntes		26 167,59	0,00
		40 442,55	0,00
Total do passivo		40 442,55	0,00
Total dos fundos patrimoniais e do passivo		98 355,12	0,00

A Direcção

O responsável





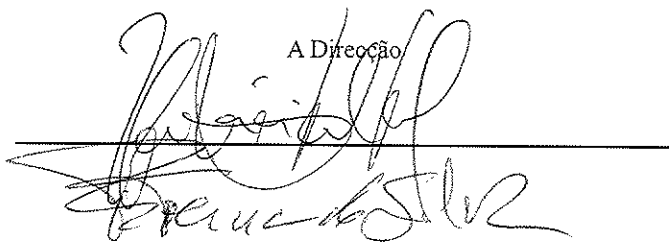
Casa Sacerdotal da Diocese do Porto
DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PERÍODO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016

Moeda: (Valores em Euros)

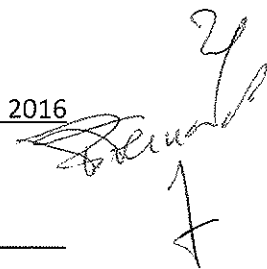
RÚBRICAS	NOTAS	DATAS	
		2016	2015
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de Clientes e Utentes		86 745,80	0,00
Pagamentos de subsídios		0,00	0,00
Pagamentos de apoios		0,00	0,00
Pagamentos de bolsas		0,00	0,00
Pagamentos a fornecedores		104 834,90	0,00
Pagamentos ao pessoal		113 704,75	0,00
Caixa gerada pelas operações		-131 793,85	0,00
Pagamento/recebimento do imposto sobre o rendimento		0,00	0,00
Outros recebimentos/pagamentos		203 004,21	6,00
Fluxos de caixa das atividades operacionais (1)		71 210,36	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Ativos fixos tangíveis		485,55	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Recebimentos provenientes de:			
Ativos fixos tangíveis		0,00	0,00
Ativos intangíveis		0,00	0,00
Investimentos financeiros		0,00	0,00
Outros ativos		0,00	0,00
Subsídios ao investimento		0,00	0,00
Juros e rendimentos similares		142,52	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de investimento (2)		-343,03	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Realização de fundos		0,00	0,00
Cobertura de prejuízos		0,00	0,00
Doações		24 335,00	0,00
Outras operações de financiamentos		0,00	0,00
Pagamentos respeitantes a:			
Financiamentos obtidos		0,00	0,00
Juros e gastos similares		0,00	0,00
Dividendos		0,00	0,00
Redução de fundos		0,00	0,00
Outras operações de financiamento		0,00	0,00
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (3)		24 335,00	0,00
Variação de caixa e seus equivalentes (1+2+3)		95 202,33	0,00
Efeito das diferenças de câmbio		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no início do período		0,00	0,00
Caixa e seus equivalentes no fim do período		95 202,33	0,00

A Direção

O Responsável







1 – Identificação da Instituição

A Casa Sacerdotal da Diocese do Porto é uma instituição sem fins lucrativos, constituída sob a forma de Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), registo nº 12/06 com publicação do Diário da República, Série II, nº 165 de 28 de Agosto de 2006.

A sua sede fica localizada na Rua da Boa Nova, nº 105, 4050-101, na freguesia de Massarelos, concelho do Porto.

Inaugurada em Julho de 2005 pelo então Bispo do Porto, Sr. D. Armindo Lopes Coelho, a Casa Sacerdotal da Diocese do Porto foi construída com o objectivo de garantir alojamento e cuidados de saúde aos sacerdotes idosos da diocese, no outono das suas vidas.

A direcção da Casa Sacerdotal foi então confiada ao Sr. Padre Adélio Fernando de Lima Pinto Abreu e ao Director adjunto, Sr. Padre António Coelho de Oliveira. A actual direcção, nomeada pelo Bispo do Porto, Sr. D. António Francisco dos Santos, é constituída pelo Director geral, Sr. Padre Joaquim Mário Areal Andrade, e pelo Director adjunto, Sr. Padre Nuno Augusto Vieira Antunes.

A missão da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto é prestar um serviço de elevada qualidade de modo controlado, normalizado, rigoroso e solidário, adequado a cada utente e respondendo às suas necessidades.

Valorizam um clima de afecto, cuidando de cada utente com o máximo respeito e dignidade, dando prioridade à humanização. Os seus valores fundamentais são:

- Respeito
- Confiança
- Responsabilidade
- Solidariedade
- Rigor
- Eficiência

2 – Referencial Contabilístico de Preparação das Demonstrações Financeiras

Em 2016 as Demonstrações Financeiras foram elaboradas no pressuposto da continuidade das operações a partir dos registos contabilísticos da entidade e de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para as Entidades do Sector Não Lucrativo (NCRF-ESNL) aprovada pelo Decreto-Lei nº 36-A/2011, de 9 de Março. No anexo II do referido Decreto-Lei é feita referência que o Sistema de Normalização para as Entidades do Sector Não Lucrativo é composto por:

- Bases para a Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF);
- Modelos de Demonstrações Financeiras (MDF) – Portaria nº 105/2011 de 14 de Março;
- Código de Contas (CC) - Portaria nº 106/2011 de 14 de Março;
- NCRF-ESNL – Aviso nº 6726-B/2011 de 14 de Março;
- Normas Interpretativas (NI)

3 – Principais Políticas Contabilísticas

As principais políticas contabilísticas aplicadas pela Entidade na elaboração das Demonstrações Financeiras foram as seguintes:

3.1 – Bases de Apresentação

As Demonstrações Financeiras foram apresentadas de acordo com as Bases de Apresentação das Demonstrações Financeiras (BADF)

3.1.1 – Continuidade

Com base na informação disponível e as expectativas futuras, a Entidade continuará a operar no futuro previsível, assumindo que não há a intenção nem a necessidade de liquidar ou reduzir consideravelmente o nível de operações. Para as Entidades do Sector Não Lucrativo (ESNL), este pressuposto não corresponde a um conceito económico ou financeiro, mas sim à manutenção da actividade de prestação de serviços ou à capacidade de cumprir os seus fins.

3.1.2 – Regime do acréscimo (periodização económica)

Os efeitos das transacções e de outros acontecimentos são reconhecidos quando eles ocorrem, satisfeitas as definições e os critérios de reconhecimento de acordo com a estrutura conceptual, independentemente do momento do pagamento ou do recebimento, sendo registados contabilisticamente e relatados nas demonstrações financeiras dos períodos com os quais se relacionem. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e os correspondentes rendimentos e gastos são registados nas respectivas contas de “Devedores e Credores por acréscimos” e “Diferimentos”

Handwritten signature and mark

3.1.3 – Consistência de apresentação

As Demonstrações Financeiras estão consistentes de um período económico para o outro, quer a nível da apresentação quer a nível dos movimentos contabilísticos que lhes dão origem, excepto quando ocorrem alterações significativas na natureza, estando nestes casos, devidamente identificados e justificados neste anexo. Deste modo é fornecida informação fiável e mais relevante para os utentes.

3.1.4 – Materialidade e agregação

A relevância da informação é afectada pela sua natureza e materialidade. A materialidade depende da quantificação da omissão ou erro. A informação é material se a sua omissão ou inexactidão influenciar as decisões económicas tomadas por parte dos utentes com base nas demonstrações financeiras. Itens que não são materialmente relevantes para justificar a sua apresentação separada nas demonstrações financeiras podem ser materialmente relevantes para que sejam discriminados nas notas deste anexo.

3.1.5 – Compensação

Os activos e passivos, e os rendimentos e gastos, não são compensados. Devido à sua importância os activos e passivos e os rendimentos e gastos são relatados separadamente.

3.1.6 – Informação comparativa

A informação comparativa é divulgada com respeito ao período anterior para todas as quantias relatadas nas demonstrações financeiras. A informação comparativa foi incluída para a melhor compreensão das demonstrações financeiras do período corrente. Por alteração de políticas contabilísticas, as quantias comparativas afectadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada;
- c) Razão para a reclassificação.

3.2 – Políticas de Reconhecimento e Mensuração

3.2.1 – Activos fixos tangíveis

Os Activos Fixos Tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido das depreciações e das perdas por imparidade acumuladas. O custo de aquisição agrega o custo de

compra e outros custos directamente atribuíveis às actividades necessárias para colocar os activos no local e nas condições necessárias à sua total operacionalidade.

As despesas subsequentes que a Entidade tenha com a manutenção, conservação e reparação dos activos são registadas como gastos do período em que são verificadas, excepto quando estas despesas são susceptíveis de gerar benefícios económicos futuros adicionais.

As depreciações são calculadas, assim que os bens estejam em condições de ser utilizados, pelo método da linha recta, em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimada que se apresentam na tabela abaixo transcrita:

Descrição	Anos de vida útil estimada
Equipamento básico	6 anos
Equipamento administrativo	6 anos
Equipamento informático	5 anos
Outros activos fixos tangíveis	6 anos

3.2.2 – Inventários

Os Inventários estão registados ao custo de aquisição. Este custo inclui as despesas incorridas desde a compra até ao seu armazenamento. A fórmula de custeio utilizada é o FIFO e o sistema de inventário utilizado é intermitente. As quantidades de cada bem a inventariar são registadas a 31 de Dezembro de cada ano.

3.2.3 – Investimentos financeiros

Os investimentos financeiros correspondem às participações da Entidade no Fundo de Compensação do Trabalho (FCT). Este FCT corresponde à participação de 0,925% sobre o salário base e diuturnidades dos novos contratos de trabalho, tendo uma natureza de capitalização para a entidade patronal.

As contribuições para o FCT podem ser reembolsadas como forma de ajuda financeira ao pagamento das indemnizações aquando a cessação dos contratos de trabalhos dos funcionários.

3.2.4 – Clientes e outras contas a receber

Os Clientes e as Outras Contas a Receber, encontram-se registadas pelo seu custo estando deduzidas no Balanço das Perdas por Imparidade, quando estas são reconhecidas, para que desta forma seja espelhado o valor realizável líquido.

26
Patronato
f

3.2.5 – Caixa e depósitos bancários

A rubrica Caixa e Depósitos Bancários, inclui o montante existente em caixa, assim como os valores dos depósitos bancários de curto prazo que possam ser imediatamente mobilizáveis sem risco de alterações de valor.

3.2.6 – Fornecedores e outras contas a pagar

Os valores registados nas contas de Fornecedores e Outras Contas a Pagar são contabilizados pelo seu valor nominal.

3.2.7 – Fundos patrimoniais

A rubrica Fundos Patrimoniais, revela o interesse residual nos activos após a dedução dos passivos. Estes Fundos são compostos por:

- Fundos atribuídos pelos fundadores da Entidade ou terceiros,
- Fundos acumulados e outros excedentes;
- Subsídios, doações e legados, que o governo ou outro instituidor ou norma legal aplicável a cada entidade estabeleçam que sejam de incorporar no mesmo.

3.2.8 – Impostos sobre o rendimento

Nos termos da alínea b) do nº 1 do artº 10 do Código do Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (CIRC) estão isentos de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC) as Instituições Particulares de Solidariedade Social (IPSS) e Entidades anexas, bem como as pessoas colectivas àquelas legalmente equiparadas.

4 – Políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

Não se verificam quaisquer efeitos resultantes de alterações voluntárias em políticas contabilísticas.

5 – Activos Fixos Tangíveis

A quantia escriturada bruta, as depreciações acumuladas, a reconciliação da quantia escriturada no início e no fim dos períodos de 2015 e 2016, mostrando as adições, os abates, as alienações, as depreciações e outras alterações, foram desenvolvidas de acordo com o seguinte quadro:

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2016

Descrição	31/12/2015	Adições	Abates	Transf.	31/12/2016
Equipamento básico	20.217,92	485,55			20.703,47
Equipamento administrativo	2.303,21				2.303,21
Outros activos fixos tangíveis	249,00				249,00
Activo Tangível Bruto	22.770,13	485,55			23.255,68
Depreciações acumuladas:					
Equipamento básico	19.351,81	402,28			19.754,09
Equipamento administrativo	1.905,49	198,83			2.104,32
Outros activos fixos tangíveis	249,00				249,00
Depreciações Acumuladas	21.506,30	601,11			22.107,41
Activo Tangível Líquido	1.263,83	-115,56			1.148,27

6 – Inventários

Em 31 de dezembro de 2016 e de 2015 a rubrica de inventários apresentava os seguintes valores:

Rubrica	31/12/2016	31/12/2015
Mercadorias	386,90	623,98
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	707,65	1.071,24
Total	1.094,55	1.695,22

No que respeita ao cálculo do custo das mercadorias e dos géneros alimentares, reconhecido como gasto do período dos anos de 2016 e de 2015, detalhamos esse cálculo no quadro abaixo transcrito:

Descrição	Mercadorias 2016	Mercadorias 2015	Matérias-primas 2016	Matérias-primas 2015
Saldo Inicial	623,98	0,00	1.071,24	1.759,24
Compras	4.076,26	676,68	25.980,73	20.037,15
Saldo Final	386,90	623,98	707,65	1.071,24
Custo do período	4.313,34	52,70	26.344,32	20.725,15

7 – Réditos

Para os períodos de 2016 e 2015 foram reconhecidos como réditos os seguintes:

Rubricas	31/12/2016	31/12/2015
Venda de Mercadorias	3.549,61	0,00
Venda de Fraldas e produtos higiene/limpeza	3.549,61	0,00
Prestação de Serviços	82.200,00	67.324,00
Quotas dos utilizadores	82.000,00	67.324,00
Outros Rendimentos e Ganhos	848,02	31.358,96
Desconto de pronto pagamento obtido	223,73	144,96
Outros (Jóia utilização apartamento)	0,00	31.214,00

20
 7

Restituição de impostos (IVA alimentação)	624,29	0,00
Juros	142,52	229,25
Depósitos bancários	142,52	229,25
TOTAL	86.740,15	98.912,21

8 – Subsídios, Doações e Legados à Exploração

A Entidade reconheceu, nos períodos de 2016 e 2015, os seguintes subsídios, doações, heranças e legados:

Rubricas	2016	2015
Subsídios de outras entidades:	170.000,00	145.000,00
Diocese do Porto	20.000,00	145.000,00
Irmandade dos Clérigos	150.000,00	0,00
Doações e heranças:	45.531,13	5.927,53
Consignação IRS	1.196,13	1.427,53
Donativos Particulares	24.335,00	4.500,00
Legados	20.000,00	0,00
TOTAL	215.531,13	150.927,53

9 – Benefícios dos Empregados

Os membros que compõem os órgãos directivos de forma voluntária são cinco. A direcção é composta por 2 elementos e o Conselho Fiscal é composto por 3 elementos.

O número médio de funcionários ao serviço da Entidade foram de 14 em 2016 e 13 em 2015.

Os valores referentes aos gastos com o pessoal que a entidade registou em 2016 e em 2015 foram os seguintes:

Descrição	2016	2015
Remunerações ao pessoal	136.536,40	123.269,45
Indemnizações	649,94	37,25
Encargos sobre as remunerações	28.035,57	26.546,35
Seguros de acidentes no trabalho	928,13	794,26
Outros gastos com o pessoal	987,15	3.046,16
TOTAL	167.137,19	153.693,47

10 – Divulgações exigidas por outros diplomas legais

A Entidade não apresenta dívidas ao Estado em situação de mora, nos termos do Decreto-Lei nº 534/80, de 7 de novembro.

Nos termos do art. 210º do Código Contributivo, publicado pela Lei nº 110/2009, de 16 de setembro, a Direcção informa que a situação contributiva da Entidade perante a Segurança Social está devidamente regularizada, dentro dos prazos legalmente estipulados.

11 – Investimentos Financeiros

Nos períodos de 2016 e de 2015, a Instituição possuía os seguintes investimentos financeiros:

Descrição	2016	2015
Outros Investimentos Financeiros	851,07	456,57
FCT	851,07	456,57
TOTAL	851,07	456,57

12 – Diferimentos

Em 31 de Dezembro de 2016 e de 2015, a rubrica Diferimentos englobava os seguintes valores:

Descrição	2016	2015
Gastos a Reconhecer		
Outros gastos diferidos (Jornais)	58,90	55,84
TOTAL	58,90	55,84
Rendimentos a Reconhecer		
Mensalidades do ano seguinte	1.647,60	415,00
TOTAL	1.647,60	415,00

13 – Caixa e Depósitos Bancários

As contas de caixa e de Depósitos Bancários, a 31 de dezembro de 2016 e de 2015, registavam os seguintes saldos:

Descrição	2016	2015
Caixa e Depósitos Bancários		
Caixa	27,92	418,34
Depósitos à ordem	55.061,99	2.435,59
Depósitos a prazo	40.112,42	60.009,37
TOTAL	95.202,33	62.863,30

14 – Fundos Patrimoniais

Na rubrica de Fundos Patrimoniais ocorreram as seguintes variações:

Descrição	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Resultados transitados	11.129,43		-13.927,82	25.057,25
TOTAL	11.129,43		-13.927,82	25.057,25

15 – Fornecedores

O saldo da rubrica de Fornecedores a 31 de dezembro de 2016 e de 2015, é apresentado no seguinte quadro:

Descrição	2016	2015
Fornecedores c/c		

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2016

Handwritten signature and arrow pointing to the table above.

Fornecedores	8.743,40	8.575,88
TOTAL	8.743,40	8.575,88

16 – Estado e Outros Entes Públicos

A 31 de dezembro de 2016 e de 2015, o saldo da rubrica Estado e Outros Entes Públicos, estava composta da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Activo		
IRC – retenção de juros	0,00	57,32
TOTAL	0,00	57,32
Passivo		
Retenção na fonte de IRS	548,00	867,00
Segurança Social	3.299,32	5.966,12
FCT/FGCT	36,64	31,95
TOTAL	3.883,96	6.865,07

17 – Outras Contas a Pagar

A rubrica Outras Contas a Pagar desdobra-se da seguinte forma:

Descrição	Não Corrente 2016	Corrente 2016	Não Corrente 2015	Corrente 2015
Credores por Acréscimo		26.167,59		23.788,13
Remunerações a liquidar		24.372,31		21.994,06
Seguros do ano seguinte		-1.081,93		-928,13
Outras despesas diferidas		2.877,21		2.722,20
Outros Devedores e Credores		0,00		762,62
Outros credores		0,00		762,62
TOTAL	0,00	26.167,59	0,00	24.550,75

18 – Fornecimentos e Serviços Externos

A distribuição da rubrica de Fornecimentos e Serviços Externos, no final de 2016 e de 2015, estava organizada da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Serviços especializados:	31.743,61	15.673,52
Trabalhos especializados	12.573,40	7.733,58
Vigilância e segurança	187,33	255,23
Honorários	1.620,00	1.826,55
Conservações e reparações	17.267,63	5.730,94
Serviços bancários	95,25	127,22
Materiais	1.169,51	1.348,47
Energia e fluídos:	32.071,79	37.463,87
Eletricidade	13.582,21	15.117,03

Anexo ao Balanço e às Demonstrações Financeiras de 2016

Água	4.503,56	4.809,32
Gás	13.986,02	17.537,52
Deslocações, estadas e transportes	470,80	603,25
Serviços diversos:	4.024,36	3.809,41
Comunicação	1.895,72	1.632,55
Limpeza, higiene e conforto	1.821,40	1.691,87
Outros serviços	307,24	484,99
Encargos com utentes	714,02	1.247,59
TOTAL	70.194,09	60.146,11

19 – Ganhos por Aumentos de Justo Valor

No final do ano de 2016 e 2015, a rubrica de Ganhos por Aumentos de Justo Valor, é referente à diferença entre as entregas feitas ao FCT e o reembolso do FCT respeitante aos contratos de trabalho que foram cessados:

Descrição	2016	2015
Ganhos por Aumentos de Justo Valor		
Ganhos por aumentos de j.v. em inv. financ.	1,16	0,92
TOTAL	1,16	0,92

20 – Outros Gastos e Perdas

A rubrica de Outros Gastos e Perdas encontra-se dividida da seguinte forma:

Descrição	2016	2015
Impostos	481,07	5,28
Outros gastos e perdas	346,00	413,31
	827,07	418,59

21 – Acontecimentos após Data de Balanço

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras e de Balanço de 31 de dezembro de 2016.

Após o fecho do período e até a este momento não se registaram outros acontecimentos que possam modificar de forma significativa a situação apresentada neste anexo.

Porto, 24 de maio de 2017

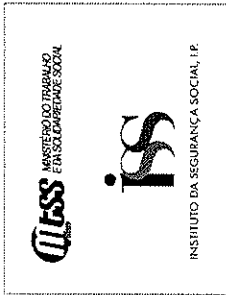
O Contabilista Certificado

Paula Leiria Santos da Rocha

CASA SACERDOTAL DA DIOCESE DO PORTO

A Direção

Francisco de Sá



MAPA DE CONTROLO DO(S) SUBSÍDIO(S) PARA INVESTIMENTO(S)
ANEXO OBRIGATORIO

CG	ANO 2016 (1)
Conta de Gerência das Instituições Particulares de Solidariedade Social	N.I.S.S. 20017483383
	N.P.C. 507600274

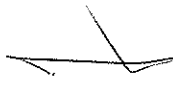
CONTAS	DESCRICOES	ANO INICIO UTILIZACAO INVEST. (2)	VALOR TOTAL POR ENTIDADE E EMPREEND. (3)	TAXA DE AMORTIZ. (4)	VALORES ANUAIS DAS REDUÇÕES E DAS AMORTIZACOES			SALDO VALOR LIQ. ANO N-1 (9)	MOVIMENTOS NO ANO			SALDO VALOR LIQ. ANO N (14)			
					1º AO 30º DIA DE 1.º A 5.º DIA DE 6.º AO 31º DIA DE 7.º AO 31º DIA DE 8.º AO 31º DIA DE	(5)	(6)		(7)	(8)	(10)		(11)	(12)	(13)
593	SUBSÍDIOS PIDDAC						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
5932	OUTROS						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			
	TOTAL SUBS. PARA OBRAS						0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00			

Observações:

NOTA: O mapa deverá incluir todos os subsídios ainda por regularizar, assim como todos os investimentos por eles subsidiados e que ainda não estejam completamente amortizados.

Em cada sub-conta só deverão ser registados os valores com origem na mesma "Entidade" e para o mesmo investimento (Empreendimento).

As colunas para os valores das amortizações dos imobilizados e das reduções dos subsídios para os investimentos, deverão ser aumentadas no caso dos "Empreendimentos" incluírem imobilizados com mais taxas de amortização diferenciadas,



TRABALHO VOLUNTÁRIO PRESTADO NO PERÍODO DE 2016

FUNÇÕES DESEMPENHADAS	NÚMERO DE PESSOAS	TOTAL DE HORAS	VALOR
	TOTAL	

ATAS

Folha 3

ATA N.º 2

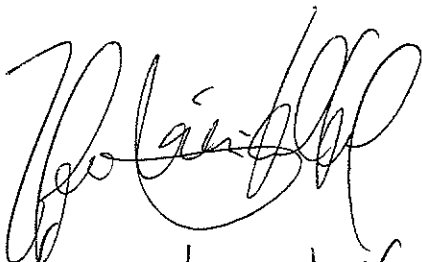
Aos vinte e seis dias do mês de Maio do ano de dois mil e dezasseis, pelas dez horas, reuniu a Direção da Casa Sacerdotal da Diocese do Porto, estando presentes todos os seus elementos, Presidente, Padre Joaquim Mário Areal Andrade, Secretário, Padre Nuno Augusto Vieira Antunes e Tesoureiro, Padre Fernando Manuel Ferreira da Silva, com a seguinte ordem de trabalhos: -----

Ponto único: Apreciação e deliberação sobre as contas e relatório de gerência relativos ao ano de dois mil e dezasseis. -----

Seguiu-se de imediato à análise e discussão do ponto único da ordem de trabalhos, tendo sido apresentadas todas as peças contabilísticas, destacando-se a conformidade destas com o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Setor Não Lucrativo aplicável às Instituições Particulares de Solidariedade Social, constatando-se, após algumas considerações acerca do movimento da Instituição no ano em apreciação, que foi apurado o resultado líquido positivo de trinta e dois mil oitocentos e cinquenta e cinco euros e trinta e dois cêntimos, e bem assim que as referidas contas e o resultado apurado correspondem integralmente à realidade do exercício findo em trinta e um de Dezembro do dois mil e dezasseis. -----

Verificadas as contas e o resultado apurado, foi deliberado por unanimidade aprovar as contas do exercício de dois mil e dezasseis e afetar o saldo da conta resultados líquidos à conta de resultados transitados. -----

Nada mais havendo a tratar foi a reunião encerrada, lavrando-se a presente ata, que depois de lida e aprovada vai ser assinada por todos os elementos da Direção presentes. -----



Nuno Augusto Vieira Antunes

